



**ACÓRDÃO Nº1099/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº11369/2021.**

**Apensos:** Processo nº 16640/2021.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Câmara Municipal de Canutama

**4- Exercício:** 2020

**5- Responsável:** Joelia da Silva Almeida (Ordenador de Despesa)

**6- Advogado:** Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM 4177

**7- Unidade Técnica:** DICAMI E DICOP

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5994/2022-DIMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Canutama. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Multa.  
Recomendação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da **Sra. Joelia da Silva Almeida**, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Canutama, no exercício de 2020, com fundamento nos arts. 19, I, 22, II, da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM;

**10.2. Aplicar Multa a Sra. Joelia da Silva Almeida**, no valor de **2.000,00**, com fulcro no art. 54, VII, da Lei Estadual nº 2.423/1996, pela permanência das irregularidades de menor potencial ofensivo –já tratadas nesta Proposta de Voto;

Fixa-se **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a a Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na



**ACÓRDÃO Nº1099/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Recomendar** à Câmara Municipal de Canutama que:

**10.3.1.** Observe com maior cautela aos prazos de envio e publicação do Relatório de Gestão Fiscal;

**10.3.2.** Observe com maior cautela a necessidade de repasse tempestivo das contribuições ao RPPS;

**10.4. Dar ciência** a **Sra. Joelia da Silva Almeida** sobre o deslinde do feito, obedecendo a constituição de seus patronos.

**11- Ata:** 9ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 28 de Março de 2023

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**

Auditor-Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**

Procuradora-Geral